

LIGHT 2011

Assembléia é decisiva em momento vital da Campanha Salarial

Nem a chuva e o frio da noite do último dia 14 impediram a presença de um número significativo de trabalhadoras e trabalhadores no auditório do Sintergia, mostrando-se interessados em um ACT digno e à altura de suas expectativas e decidindo de forma democrática pela rejeição da contraproposta da empresa, a reafirmação das bandeiras de luta da categoria e a intensificação dos atos comandados pelo Sindicato.

Cumprindo decisão da Assembléia, ontem a direção do Sintergia realizou ato com paralisação no Setor Nova Iguaçu, onde obteve a solidariedade de trabalhadoras e trabalhadores, que demonstraram indignação com a contraproposta patronal e unidade suficiente para novas ações futuras.

Ontem também aconteceu nova rodada de negociação na parte da tarde e a empresa apresentou duas propostas diferenciadas para vigência dos reajustes a partir de 1º de junho ou 1º de julho (que ainda não atendem à categoria):

■ **Reposição salarial** – 6,31% (a partir de 1º de junho) ou 6,51% (a partir de 1º de julho)

■ **Abono** – R\$ 550,00 (a partir de 1º de junho) ou R\$ 700,00 (a partir de 1º de julho)

■ **Ganho Real** – Sem proposta

■ **PCCS** – Ainda em discussão

■ **Tíquete** – R\$ 19,26

■ **Tíquete de férias** - Sem proposta

■ **Auxílio creche** – R\$ 510,00

■ **PLR** – R\$ 13 milhões e 400 mil (o mesmo teto do ano passado)

Durante a reunião a direção do Sindicato afirmou que essa proposta ainda é insuficiente. Há grande expectativa de que na reunião marcada pela empresa para hoje às 14 horas, a Light apresente uma proposta à altura dos anseios da categoria..

Você não pode faltar!

É hora de decidir se fechamos o ACT ou se partimos para ações ainda mais intensas.

A categoria lighteana é madura o suficiente para decidir seu destino, atuando no presente por um futuro digno.

Assembléia

Hoje (16 de junho), às 18 horas

No Auditório do Sintergia

Avenida Marechal Floriano, 199/7º andar

A CUT é diferente

Artur Henrique, presidente da CUT

Em maio, quando a Central Única dos Trabalhadores (CUT) decidiu realizar no próximo 6 de julho um Dia Nacional de Mobilização em defesa da classe trabalhadora, sua Executiva Nacional deliberou que era necessário procurar entidades com histórico de luta, mobilização, representatividade e, especialmente, com bandeiras de luta em sintonia com a Plataforma que a CUT formula e pratica desde a sua criação. O objetivo era e continua sendo claro: priorizar a unificação em torno de uma pauta comum entre as entidades dos movimentos sociais com essas características.

Como sempre, saímos na frente

Temos assistido recentemente tentativas de algumas centrais sindicais de pegar carona nas mobilizações da CUT.

Um exemplo recente dessas tentativas foi o anúncio, por parte de outras cinco centrais, de que estariam realizando uma mobilização – justamente – no dia 6 de julho.

A avaliação da conjuntura nacional feita pela direção da CUT é diferente.

Essa suposta unidade é falsa

Talvez o único ponto em que temos consenso entre as centrais sindicais seja a redução da jornada de trabalho para 40 horas, que é fundamental, mas somente a nossa “unidade” não foi capaz de colocar a proposta para ser aprovada pelo congresso nacional.

Porém, e os outros pontos da nossa pauta?

Convenção 87 e fim do imposto sindical

Lutamos por liberdade e autonomia sindical, com aprovação da convenção 87 da OIT; pelo fim do imposto sindical e a implementação de uma contribuição da negociação coletiva aprovada pelos próprios trabalhadores em assembleias.

Trabalho decente

Pela implementação da agenda do trabalho decente, com mais e melhores empregos, por igualdade de oportunidades entre homens e mulheres, a luta contra a precarização e a terceirização, e a luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário; pelo fim do fator previdenciário e pela regulamentação da convenção 151 da OIT. Pelos enunciados aqui expostos, pode-se ter a falsa impressão que todas as centrais têm acordo em relação a este parágrafo, mas não existe tal acordo, como veremos a seguir.

Terceirização

Temos uma posição muito clara em relação à terceirização: ela é responsável pelo aumento das mortes, acidentes de trabalho e de doenças profissionais e vem sendo utilizada pelo capital para precarizar as condições de trabalho, reduzir custos, enfraquecer o movimento sindical criando milhares de sindicatos de gaveta. Por tudo isso, propusemos um projeto de lei, apresentado pelo deputado federal Vicentinho (PT-SP), regulamentando a terceirização.

Convenção 151 da OIT

Essa convenção garante a negociação coletiva para

os trabalhadores do setor público em todo o Brasil. Foi incluída como reivindicação pela CUT nas Marchas da Classe Trabalhadora e encaminhada pelo ex- presidente Lula ao Congresso Nacional, que a aprovou. Estamos agora precisando aprovar rapidamente a regulamentação da 151, para que ela possa entrar em vigor em todo o território nacional, democratizando as relações de trabalho no setor público.

Para nós da CUT, a luta pelos pressupostos das convenções 87 e 151 da OIT são princípios fundamentais e históricos da CUT. Isso, somado à legislação de combate às práticas antissindiais, direito à negociação coletiva e a organização por local de trabalho são pressupostos para consolidarmos uma nova estrutura sindical de acordo com os princípios cutistas e que fortaleça as entidades sindicais realmente representativas, com o fortalecimento da negociação coletiva rumo ao contrato coletivo de trabalho por ramo de atividade.

Fim do fator previdenciário

Milhões de trabalhadores aguardam as discussões sobre o fim do fator previdenciário para decidir o que fazer de suas vidas: se aposentam ou se esperam o resultado das negociações. Enquanto isso, a tábua de expectativa de vida do IBGE vai sendo alterada a cada ano e, assim, aumenta o tempo necessário para que as pessoas se aposentem.

Educação

Defesa da implementação do Plano Nacional da Educação com a destinação de 10% do PIB brasileiro para a educação; a ampliação da educação no campo e a qualificação profissional com participação dos trabalhadores. Esta é uma luta que a CUT e suas entidades têm levado adiante sem o real envolvimento das outras centrais.

Somos diferentes: lutamos em todas as frentes

Esses são alguns exemplos da impossibilidade de fazer mobilização conjunta com as outras centrais, pois como faremos atos políticos se os objetivos são outros?

Fariamos mobilizações conjuntas só para produzir imagens para a mídia convencional, sem nenhuma consequência ou avanço para a classe trabalhadora?

É evidente que não. O que precisamos é construir nosso próprio Dia Nacional de Mobilização, com muitos militantes nas ruas de diferentes cidades do País, para defender a pauta da CUT e dos movimentos sociais, com todas as suas especificidades, e convencer a opinião pública da importância de nossas bandeiras.

As demais centrais, ao elaborarem a agenda das suas mobilizações, colocam quase todas as suas fichas na disputa junto ao Congresso Nacional acreditando que essa é a única frente de luta.

E a luta deve se dar em todas as frentes – no Legislativo, Executivo e Judiciário – no Governo Federal, nos Governos Estaduais e Municipais.

Continuaremos sempre buscando a unidade na luta quando o assunto for de interesse geral da classe trabalhadora, como é o caso da luta pela redução da jornada de trabalho para 40 horas sem redução de salário.

Todo trabalhador deve receber um salário digno.